

OMNIA SAÚDE

Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI)
www.fai.com.br

MARCHERT, Driele Tatiane; RUMIN, Cassiano Ricardo. A atenção à saúde mental em uma penitenciária: uma intervenção institucional. *Omnia Saúde*, v.12, n.2, p.12-23, 2015.

ISSN versão Online 2236-188X
ISSN versão Impressa 1806-6763

Recebido em: 20/05/2015

Revisado em: 13/10/2015

Aceito em: 18/12/2015

A ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL EM UMA PENITENCIÁRIA: UMA INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL

ATTENTION TO MENTAL HEALTH IN A PRISON: AN INSTITUTIONAL INTERVENTION

Driele Tatiane Marchert

Psicóloga (FAI)
Especialista em Psicologia da Saúde (FAI)

Cassiano Ricardo Rumin

Mestre em Ciências Médicas (FMRP/USP)

RESUMO

A violência presente no cotidiano de uma unidade prisional contribui para a degradação do quadro geral de saúde e especialmente produz prejuízos à saúde mental. Os limites para empregar a criatividade no cotidiano de trabalho impedem que o sofrimento seja transformado em prazer. O objetivo deste trabalho foi realizar uma intervenção em saúde mental numa unidade prisional de regime fechado de um município do oeste paulista. A metodologia compreendeu uma intervenção orientada pela Psicologia Institucional e foram analisados os componentes funcionais, a segmentariedade e as implicações institucionais. Foram priorizados os contatos intersticiais e a atenção em saúde mental por meio da psicoterapia breve individual de orientação psicanalítica. Os resultados indicam que os contatos intersticiais reduzem a resistência referente a abordagem do sofrimento e promove o entendimento da necessidade do cuidado em saúde mental. A psicoterapia breve possibilita que a palavra produza efeitos que se alargam do trabalhador para o cotidiano institucional. Conclui-se que os sentidos silenciados se tornam audíveis por estes recursos e ocasionam algum nível de transformação. O sofrimento, agora ouvido e falado pode ser modificado e mobilizar forças instituintes.

Palavras-chaves: Saúde do Trabalhador; Saúde Mental, Prisões, Psicologia Institucional.

ABSTRACT

Violence present in the daily life of a prison unit contributes to the degradation of the picture of health and especially produces damage to mental health. The limits to employ creativity in daily work prevent suffering is transformed into pleasure. The aim of this study was to mental health intervention in a prison unit closed system of a city in São Paulo west. The methodology included an intervention guided by the Institutional Psychology and analyzed the functional components, segmentariedade and institutional implications. Priority was given Interstitial contacts and mental health care through

individual short psychoanalytical psychotherapy. The results indicate that the interstitial reduce contact resistance regarding suffering approach and promotes understanding of the necessity of mental health care. The brief psychotherapy allows the word produces effects that extend the worker to the institutional routine. It follows that senses become audible silenced by these resources and cause some level of processing. Suffering now heard and spoken can be modified and mobilize instituting forces.

Key words: Worker's Health; Mental Health; Prisons; Institutional Psychology.

INTRODUÇÃO

A demanda constante por vagas no sistema prisional paulista produz o efeito imediato de superlotação das unidades prisionais. Além da superlotação, o quadro se torna mais crítico com a defasagem no número de trabalhadores (SIFUSPESP, 2014) que estariam envolvidos nas diversas atividades do funcionamento prisional. Para dar conta da defasagem de funcionários empregam-se as convocações, ocasionando sobrecarga aos trabalhadores por reduzir o tempo dedicado a recomposição das capacidades laborativas (SIFUSPESP, 2014).

Este cenário pode ser compreendido em seu contexto de gestão, se caracterizando por uma estrutura tecnoburocrática (CHANLAT, 2002) onde a estrutura hierárquica é verticalizada com comunicação predominantemente descendente. O modelo de hierarquia apresentado é pautado na onipresença dos regulamentos e na exacerbação dos meios de controle sobre os trabalhadores e as consequentes punições. Assim, há uma “autonomia relativamente fraca para os patamares inferiores e um direito de expressão muito limitado” (CHANLAT, 2002 p.120).

A proposição de que o modelo de gestão tecnoburocrático incentive as “tendências de fechamento” descritas por Goffman (2005), ou seja, limitações ao contato com referências externas, parece bastante adequada ao ambiente do sistema prisional paulista. A criação de “células de referência técnica” para discutir como algumas atividades são realizadas, nas diversas unidades prisionais, é algo com história recente. Especificamente, no ano de 2009 foi estabelecido o “Padrão SAP” para as ações de reintegração social. Até então, era muito frequente que cada unidade adotasse seus dispositivos de atuação e manutenção da ordem, sem pautar-se por uma referência discutida, em sua coerência, por um coletivo. Deste modo, as “tendências de fechamento” tinham presença marcante no cotidiano das unidades prisionais.

Já neste momento é relevante delimitar como a articulação entre o modelo tecnoburocrático de gestão e as tendências de fechamento institucional podem ocasionar sofrimento psíquico aos trabalhadores. Verifica-se que o preterimento das solicitações destes trabalhadores e o limitado emprego de referências externas para orientar o funcionamento institucional são elementos de destaque que se articulam à violência do ambiente prisional.

As posições sobre o modelo de gestão e as tendências de fechamento podem ser analisadas de acordo com a definição de instituição: “é uma rede simbólica socialmente sancionada, na qual se combinam, proporções e relações variáveis, uma componente funcional e uma componente imaginária” (LOURAU, 1996 p.89). A rede simbólica

envolve os elementos objetáveis, ou seja, aquilo que deve receber os investimentos dos integrantes institucionais. No caso do sistema prisional, as regras são os elementos que devem receber investimentos, mesmo em detrimento da ressocialização do sentenciado.

Para Thompson (1998, p.13) “manter estas pessoas aprisionadas e ao mesmo tempo ensiná-las a viver em sociedade, seria o mesmo absurdo que treinar alguém para uma corrida, o deixando na cama por semanas”. Esta metáfora proposta por Thompson (1998) ilustra a oposição entre os “componentes institucionais funcionais” – que protegem contra a ansiedade – e os “componentes institucionais imaginários” - que envolvem as idealizações (LOURAU, 1996). Assim, a disciplina protege contra a ansiedade paranoide relativa a violência, mas limita as ações de ressocialização dos sentenciados, que representaria uma dimensão ideal em relação ao aprisionamento.

Varella (2012) ressalta que a solidariedade entre carcereiros é comparável à dos soldados em guerra, pois a vida do companheiro está nas mãos do outro, então um passo em falso pode comprometer a integridade física de todos. Vale ressaltar que esta análise talvez atinja apenas o “nível tópico” (LOURAU, 1995) dos vínculos institucionais, onde o discurso é repetido na tentativa de estabelecer os critérios e as maneiras de pertencer ao grupo. A análise mais atenta dos contornos institucionais deve considerar o “nível dinâmico” (LOURAU, 1995), onde a apreensão do vínculo intersubjetivo dirige-se ao acting-out. Para compreender a análise do nível dinâmico vale abordar a explanação de Rudge (2008, p.72) onde o acting-out “se apresenta, em contraposição ao recordar, como a repetição do passado recalçado na análise, na transferência para o analista”.

Abordar o conteúdo recalçado pelos trabalhadores do sistema prisional, foi apontado em sua relevância por Souza e Rumin (2010) por sugerirem que o recalçamento é usado de modo mais intenso por estes trabalhadores, especialmente, pela exposição a situações de tortura, que com frequência acontece entre os sentenciados e muitas vezes já atingiram os trabalhadores nas situações em que são tomados como reféns.

Retomando a exposição de Varella (2012), um ponto crucial diferencia a proposição sobre o vínculo entre os trabalhadores da segurança penitenciária e a análise que apresenta-se a seguir. Varella (2012) descreve apenas a “segmentaridade” (LOURAU, 2012), que é entendida como a organização ideológica de um grupamento convergente. Já no presente artigo apresenta-se o resultado da análise institucional empreendida em uma unidade prisional, onde a presença do analista propicia “o arranjo do não-saber dos atores com relação a organização social” (LOURAU, 1996, p.267). Este modelo institucional de intervenção aborda o trabalho analítico de caracterizar as “implicações institucionais”, definidas como o “conjunto de relações que existem, conscientemente ou não, entre o ator e o sistema institucional” (LOURAU, 1996 p.273).

A delimitação das “implicações institucionais” (LOURAU, 1996) era possibilitada pelo contato em diversos espaços, mas especialmente, no espaço de atenção à saúde mental. Conforme destacam Souza e Rumin (2010 p.10) “esse espaço permitia a projeção de conteúdos fragmentários da vida institucional; propiciava a expressão daquilo que é singular ou coletivo e que pode estabelecer ações de acirramento de conflitos”.

Algumas experiências de intervenção institucional podem ser apresentadas para enfatizar a importância destes dispositivos na manutenção da saúde mental dos trabalhadores. É

bastante conhecida a intervenção de Dejours e Bègue (2010) em uma unidade de manutenção de aviões após a ocorrência de suicídios. Para os autores

“As imbricações entre as exigências psíquicas do trabalho e a economia das relações no espaço privado são tão fortes e complexas que se deve antes esperar que as tensões psíquicas nascidas no espaço do trabalho tenham repercussões sobre as relações afetivas privadas” (Dejours e Bègue, 2010 p.33).

Tubino, Pedrucci-Reis e Silva (2009, p.629-630) organizaram a análise institucional a partir do “acompanhamento funcional (af)” e segundo os autores “esta intervenção pode sim configurar-se como uma importante via de escuta da instituição, tornando-se possível construir um projeto fundamentado na problemática das relações daquele coletivo que está se fazendo ouvir, no af, por meio de um servidor”.

Ravena Selvatici (2008, p.101) apresenta outra intervenção institucional e indica que o “grupo de reflexão” é um dispositivo que “procura criar um âmbito transicional, uma possibilidade de metabolizar e transformar situações potencialmente nocivas resgatando a polifonia e a polissemia, dando lugar a vozes e sentidos heterogêneos”.

Rumin et al. (2011) dirigiram uma intervenção no sistema prisional logo após a megarrebelião que atingiu os presídios paulistas em 2006. Para os autores a atenção à saúde mental:

“poderia apresentar o dimensionamento coletivo das práticas de assujeitamento na instituição, pois os conteúdos ressignificados pela via da interpretação poderiam circular no espaço social e implicar a mobilização subjetiva de alguns trabalhadores. O serviço de atenção à saúde mental, portanto, poderia fundar-se como depositário de conflitos e disparador de questionamentos relativos às forças operantes na instituição” (Rumin et al. 2011 p.197).

Após a apresentação destas práticas institucionais em Psicologia segue a discussão da atenção a alguns trabalhadores da segurança pública, especificamente de uma unidade prisional de regime fechado, que buscaram atenção em saúde mental, no serviço de atendimentos oferecidos dentro da própria unidade.

OBJETIVO

Realizar uma intervenção em saúde mental numa unidade prisional de regime fechado de um município do oeste paulista.

METODOLOGIA

Trata-se de uma intervenção orientada pela Psicologia Institucional e, como tal, a descrição da atividade terá caráter qualitativo. Conforme proposição de Lourau (1996) foram analisados os componentes funcionais, a segmentariedade e as implicações institucionais. Foram priorizados os contatos intersticiais e a atenção em saúde mental a partir da psicoterapia breve individual de orientação psicanalítica.

A escolha da psicoterapia breve como método de abordagem fundamentou-se na possibilidade de produzir, ao mesmo tempo, conhecimento e enfrentamento aos conflitos encontrados no dia-a-dia na estrutura prisional. Segundo Gilliéron (1986) a psicoterapia breve é entendida como uma intervenção em psicologia que se distancia das psicoterapias

com foco em psicopatologias. Seu objetivo é propiciar o desenvolvimento de enfrentamento a situações críticas e contribuir para a organização de insights.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No início da pesquisa, pode-se perceber claramente a resistência apresentada pelos funcionários em procurar ajuda, principalmente pela rigidez que a instituição apresenta. Os primeiros a procurar o serviço de saúde mental foram os auxiliares de serviços gerais. Vinham ao atendimento ressaltando a curiosidade de saber como era o atendimento psicoterápico ou até mesmo por influência de chefias.

Durante os atendimentos pode-se realizar algumas intervenções, que se iniciavam com a delimitação da demanda. Em seguida avaliava-se a disposição em estabelecer mudanças, particularmente em razão da focalização da psicoterapia breve. O serviço de atenção à saúde mental se estabelecia como espaço para expressar o sofrimento psíquico que mais lhe afetava no presente. No contato com o psicoterapeuta, discutiu-se sobre a violência do sistema prisional e também abordou-se sofrimentos que não estavam relacionados diretamente ao trabalho, porém que interferia na sua realização.

Análise institucional e situação analítica

Lourau (1996) ressaltou que a análise institucional engloba, de um lado, uma prática de conhecimento analítico e de outro, abrange um modo de análise em situação que se parece mais com a clínica psicanalítica. Apesar de alguns funcionários serem permeáveis a psicoterapia demonstravam muita rigidez para lidar com algumas interpretações. Parecia representar a institucionalização, onde a obediência as regras limita a atividade autônoma de pensar. Com o tempo os funcionários acabam tomando a mesma posição despótica da instituição empregando de forma ampla a negação da violência e a resistência as mudanças. De acordo com Lourau (1996 p.267) a presença do analista na instituição “é acima de tudo um arranjo do não-saber dos atores com relação a organização social, ou seja, relação do analista com a instituição”. Por meio do arranjo de não saber pode-se conhecer as formas defensivas que caracterizam alguns funcionários. Para lidar com o sofrimento o trabalhador precisa encontrar uma maneira de não adoecer, empregando defesas, tanto coletivas como individuais (TSCHIEDEL e MONTEIRO, 2013) mesmo que estas sejam a alcoolização da ação (KARAM, 2010) ou a medicalização da vida (MARTINS, 2004).

Na alcoolização da ação (KARAM, 2010) encontra-se um retraimento autoerótico que mantém o indivíduo vinculado quase exclusivamente com as percepções de satisfação produzidas pelo álcool em seu corpo. Esta experiência possibilita o equilíbrio do sistema psicoeconômico: é possível tolerar grande intensidade de sofrimento no trabalho se houver um objeto de satisfação libidinal que determine prazer (neste caso o álcool). Já a medicalização da vida (MARTINS, 2004) indica a impotência frente aos elementos que necessitariam de transformação para serem integrados a vida psíquica. Como a impotência determina prejuízos ao enfrentamento dos conflitos cotidianos, o mal estar se apresenta como resultante do arranjo desarmônico. Assim, o consumo de medicamentos tenta apagar os vestígios de tal desarranjo.

Pode-se considerar que a alcoolização da ação e a medicalização da vida tenham origem naquilo denominado por Lourau (1996) como “distância prática”. Este operador analítico aborda o afastamento entre a racionalidade das normas institucionais e a base técnica da instituição. É relevante destacar que a função primária da instituição penal seria a ressocialização dos egressos. Entretanto se dedica a disciplina e a vigilância com restritas alternativas de ressocialização. A distância prática empobrece a atividade profissional por resumi-la a regulação do cotidiano institucional.

Os primeiros atendimentos realizados ilustram o poder hierárquico como regulador institucional: a maioria dos trabalhadores que compareceram estavam ali por ordem de seu superior hierárquico. Quando era comunicado que a psicoterapia não era obrigatória havia surpresa e muitos não voltavam. O interesse dos servidores para utilizar o serviço de saúde mental foi constituído ao conversarem com colegas de trabalho que possuíam alguma experiência com psicoterapia. A troca de experiências entre os pares reduzia a distância prática (LOURAU, 1996), pois, a apreciação entre os componentes da comunidade propiciava uma relação dialógica. Esta relação é um fundamento da socialização; tarefa que não é estimulada pela rigidez institucional. Ainda, a troca entre os pares comporta a “transversalidade” (LOURAU, 1996), definida como uma operação de significante que engendra sentido e que comporta a dialética da autonomia e dos limites.

A rigidez institucional também pode originar um tipo específico de implicação que supõe uma referência e uma reverência com relação aos códigos estabelecidos: é a “implicação paradigmática” (LOURAU, 1996). Esta implicação reproduz as imposições hierárquicas sem o dimensionamento de sua pertinência. Nesta intervenção institucional surgiu o conflito sobre uma área coletiva de descanso em distintos atendimentos. Para boa parcela dos trabalhadores era possível retornar as suas salas e encontrar privacidade para o descanso no intervalo do almoço. Para outros trabalhadores havia um local coletivo para o intervalo de almoço. Tal ambiente possuía televisão e sofás mas havia uma proibição para realizarem um cochilo.

Tomado o período de descanso como uma pausa no trabalho deve-se levar em conta que o cochilo inclusive contribui para a recomposição das competências produtividade. Entretanto, a “implicação paradigmática” inibe que se examine este código estabelecido. Assim, mesmo quando em turnos de 12 horas, não é possível deixar de ser vigilante. Já para aqueles trabalhadores ligados a administração esta proibição não é efetiva; são agraciados com a privacidade de suas salas. A implicação paradigmática ocasiona direitos desiguais entre os trabalhadores e reafirma a submissão.

A divisão dos trabalhadores entre grupos com direitos distinto é nomeado como “segmentaridade”. Isto explicita a existência de grupamentos na instituição que são convergentes e organizados ideologicamente. A segmentariedade proporciona a aproximação ao exercício de poder e divide o conjunto institucional. A exemplo toma-se o conflito gerado pelos postos de trabalho do refeitório dos funcionários: para a diretoria institucional, os postos de trabalho são oportunidades para conseguir atividades laborativas para os sentenciados (exigência da Lei de execução Penal); para os sentenciados representariam alguma renda e remissão da pena; para os funcionários em geral significaria risco pois os sentenciados poderiam sabotar a comida; e por fim uma grande exigência ocupacional para as cozinheiras. Nota-se neste conflito que a segmentariedade sustenta a demarcação da instituição entre “grupos objeto do tipo A”

(LOURAU, 1996) marcados pela distância ampliada em relação a racionalidade da ação. Para a saúde mental, a formação de grupos coesos que recusam a exterioridade figuram como proteção a ansiedade paranoide. Por outro lado os “grupos objeto do tipo A” impossibilitam qualquer articulação do conjunto institucional que ocasione reduções na distância prática. Assim verifica-se que há prejuízos para a reapropriação narcísica pois o trabalho se torna esvaziado de sentido.

Os grupos objeto do tipo A fragmentam também as possibilidades de empregar o discurso para elaborar o sofrimento. Entre os pares pertencentes a um grupo há sempre uma temerosidade relativa a destinação do conteúdo discursivo posicionado no grupo. Salienta-se que a rede simbólica da instituição aponta a denúncia como elemento objetável. Em consequência, o sigilo é algo sempre relativizado na instituição. A presença do analista institucional permitiria que o sigilo pudesse ser recuperado e que a partilha dos conflitos não se tornasse cenário para a persecutoriedade. O analista institucional, posicionado como sistema de referência aos trabalhadores, ambienta a redefinição dos investimentos no trabalho e fomenta o posicionamento do trabalhador em relação a rede simbólica da instituição.

A posição do analista institucional como depositário dos conflitos será desestabilizada em virtude da segmentaridade. Alguns trabalhadores avaliam que a confiança constituída no compartilhamento dos conflitos deva transbordar os limites da “implicação prática” (LOURAU, 1996). Assim há expectativas de que o analista institucional deva obter junto a diretoria institucional trocas entre postos de trabalho. A “implicação prática” (LOURAU, 1996) ao se referir as relações reais que mantém com a base racional das técnicas, deve instruir a autonomia dos componentes da instituição e distanciar-se da participação em formações do tipo grupo objeto. A técnica ao qual o analista não deve se afastar envolve a focalização do conflito. Contudo por se tratar de um contexto institucional é indispensável ligar a focalização do conflito à sobredeterminação institucional (CASTANHARO e RUMIN, 2013). Isto em razão da instituição ser uma rede simbólica marcada pelas sanções sociais; o indivíduo não participa da instituição sem ser marcado por suas medidas repressoras.

Uma situação que mobilizou a análise da sobredeterminação institucional foi a ocorrência de uma sindicância. O trabalhador denominou mais de uma dezena de testemunhas para depor a seu favor. Alguns não aceitaram e conseqüentemente deixaram de ser considerados amigos pelo trabalhador. Entre os que não testemunharam havia um trabalhador que alegava não ter estado presente no conflito, por isso, não havia como depor. Mesmo com tal justificativa a segmentaridade cindiu os componentes institucionais nomeando perseguidores e protetores. A focalização do conflito concentrou-se no ocorrido (determinantes e conseqüências). Já a sobredeterminação institucional tratou da postura despótica que não aceitava a premissa da singularidade, de julgar a pertinência de participar ou não de um conflito e de reafirmar a posição do “grupo objeto A” sobre o ocorrido.

O exemplo acima também é relevante para a análise do “nível dinâmico” (Lourau, 1996) por possibilitar a apreensão da matéria social (acting-out). Esta apreensão possibilita ao terapeuta a articulação de eventos para empregar a interpretação panorâmica (BRAIER, 2001). Este modelo de interpretação apresenta alguns contornos dos posicionamentos e intenções sem que mobilize conteúdos regressivos que acentuem a dependência em relação a prática clínica. Em certa ocasião a interpretação panorâmica articulou o

funcionamento dos “grupos objeto A” no refeitório a um episódio de violência de um sentenciado contra um trabalhador. No refeitório os grupos não se misturam, ao ponto de sentarem sozinhos para não haver compartilhamento de experiências ou mesmo procurarem lugares isolados fora do refeitório para realizar a alimentação. No episódio de agressão houve luta corporal entre o trabalhador e um sentenciado. Foi solicitado socorro a outro trabalhador mas o mesmo buscou reforços e não interviu imediatamente na agressão.

O trabalhador vitimado pelo agressor relatou que desenvolveu transtorno de estresse pós-traumático e por isso sempre ficava vermelho ao iniciar o trabalho. Juntando as relações no refeitório, o episódio de agressão e o vermelho da pele do trabalhador interpretou-se que era preciso ‘ver melhor’ com quem andava. Ou seja, estar mais atento, ver com mais profundidade, melhorar a sustentação das relações pelo olhar. Esta interpretação panorâmica buscou produzir efeitos sobre as relações coisificadas que envolviam a segmentaridade da vida institucional. Deste modo seus efeitos se desdobravam sobre a singularidade e a coletividade, sem reduzir a violência institucional ao sofrimento daquele sujeito que busca a atenção em psicoterapia breve. A interpretação panorâmica alcança os elementos objetáveis da instituição e como apontam Dejours e Bègue (2010, p.122) “a validade das interpretações é essencialmente comprovada por sua fecundidade prática em proveito da reconstituição de um espaço de deliberação interno à organização do trabalho”.

As situações de violência produzem seus reflexos até mesmo nos trabalhadores que não mantém contato direto com os sentenciados (RUMIN et al. 2011). A ansiedade paranoide se intensifica e causa temerosidade mesmo quando estão fora dos limites institucionais. O sentimento de impotência frente a onipresença das organizações criminais incrementa o sofrimento e incentiva a ideia de abandonar o trabalho na segurança pública. Estas expressões de sofrimento psíquico são intensificadas em razão da ruptura dos “componentes funcionais” (LOURAU, 1996) da instituição. Estes componentes realizam ao menos duas atividades que contribuem para a atividade psíquica: a) reforçam os mecanismos de defesa individuais contra a ansiedade e b) incentivam a criação e a consequente sublimação.

Entre os mecanismo de defesa individual verifica-se que as racionalizações desempenham a função de regulação objetiva e justificada das relações de sociabilidade. Isto confere uma sistematização das condutas e dos resultados das ações. Entretanto, quando um trabalhador é violentado o sistema de regulação gerado pelas racionalizações se desestabiliza e é experimentada a anomia. A anomia não apresenta parâmetros que estabilizem as ansiedades paranoides e impulsiona a retomada dos conteúdos violentos da história institucional que outrora foram recalçados. Nesta ocasião o analista institucional é convocado a atuar nos interstícios, onde uma transferência mais personalizada pode acontecer. Como destaca Lourau (1996) o dizer do interstício não pode ser dito em outro lugar, não pode ir para o funcionamento formal da instituição.

Um questionamento pode surgir em relação a coexistência dos contatos no interstício e a utilização do atendimento em psicoterapia breve. Em resposta deve-se considerar a resistência de grande parte dos trabalhadores para utilizar o espaço de atendimento que chega a alcançar o temor de ser reconhecido como alguém que possui um agravo a saúde mental. Como indicado por Rumin et al. (2011, p.194) esta resistência:

“representaria o temor da fragmentação da identidade, portaria a perpetuação do cotidiano da violência pela precarização das funções do ego e instauraria o despertencimento do trabalhador em relação à ideologia defensiva do grupo”.

A compreensão desta dinâmica justifica o uso concomitante destes dois recursos e possibilita observar o interstício como espaço para outro componente funcional da instituição: criação e sublimação. Nos contatos intersticiais são criadas soluções para o conflito institucional com a segurança da privacidade. Criar envolve a “implicação sintagmática” (LOURAU, 1996) que valoriza o consenso e recusa a obediência irrestrita ao instituído. Portanto, transforma a pulsão (TOREZAN e BRITO, 2012) em algo socialmente valorizado.

O adoecimento de colegas de trabalho também é tema recorrente no espaço intersticial. A “implicação simbólica” (LOURAU, 1996) cria um sistema de parentesco entre a coletividade e isto deve explicar a preocupação com a degradação da saúde mental de outros trabalhadores. Parece que a denúncia do agravo à saúde mental restitui alguma impressão de que a violência institucional possa ter seus efeitos contidos. Endereçar ao analista institucional a comunicação sobre o sofrimento alheio surge como alternativa para a transformação do sofrimento. Como destacam Dejours e Bègue (2010, p.56):

“Para poder pensar e reelaborar a experiência do trabalho vivo é necessário passar, inevitavelmente, pela palavra. Pois falar a alguém que escuta é, e continuará sendo sempre, a maneira mais vigorosa de catalisar o pensamento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção em saúde mental no ambiente de uma unidade prisional é marcada pela desconfiança ligada ao uso da palavra. O ambiente de vigilância se intensifica com a segmentação de grupos e a judicialização dos conflitos via sindicâncias. A palavra é envolvida em suspeição também na relação com os sentenciados. Preferencialmente, a palavra deve ser mantida em segurança, distanciada dos olhares que as dicotomizam em valores sem aferir-lhes sentidos.

As relações presentes na instituição estariam, portanto, fraturadas pela ausência de palavras. As discussões que levariam as deliberações são substituídas pelos comunicados, onde as relações assimétricas de poder se perpetuam. A ausência da deliberação impede a transformação do instituído e restringe os destinos possíveis do sofrimento no trabalho. Sofrer sem palavras que revelem os contornos e a procedência do sofrimento, sem manifestar-se.

A presença do analista em uma instituição onde a palavra está tolhida instaura territórios onde a compreensão pode ser experimentada. Surgem momentos onde a palavra justifica os posicionamentos e pode assim garantir alguma inteligibilidade. Recursos como a transferência e a interpretação são empregados para oportunizar desdobramentos a palavra. Os sentidos silenciados se tornam audíveis por estes recursos e ocasionam algum nível de transformação. O sofrimento, agora ouvido e falado pode ser modificado e mobilizar forças instituintes.

A utilização da psicoterapia breve individual de orientação psicanalítica possibilitou a tarefa de tornar a palavra audível. Em um panorama institucional de vigilância e judicialização das relações é pertinente garantir um ambiente de privacidade e de

acolhimento. Abrigar as palavras no enquadre do setting terapêutico origina desdobramentos íntimos e vinculares. Se o trabalho de elaboração resulta movimento as memórias, em proporção similar alcança as vinculações. Os efeitos experimentados no setting podem alcançar o conjunto institucional, pois, a palavra comunica dentro e fora – respectivamente na transferência e nos vínculos – do enquadre psicoterapêutico. Origina-se um sistema de referências que supre empenhos instituintes de contenção da violência na instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAIER, E.A. Psicoterapia breve de orientação psicanalítica. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CASTANHARO, N.C.S.; RUMIN, C.R. A psicoterapia e a reabilitação de trabalhadores: estudo de caso. *Omnia Saúde*, v.10, n.2, p.36-48, 2013.

CHANLAT, J.F. Modos de gestão, saúde e segurança no trabalho. (p.118-128). In: DAVEL, E.P.B.; VASCONCELLOS, J.G.M. *Recursos humanos e subjetividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

DEJOURS, C.; BÈGUE, F. *Suicídio e trabalho: o que fazer?* Brasília: Paralelo 15, 2010.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

KARAM, H. *Da alcoolização ao verbo: ensaio da psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo; 2010.

LOURAU, R. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARTINS, A. Biopolítica: o poder médico e a autonomia do paciente em uma nova concepção de saúde. *Interface*, v.8, n.14, p.21-32, 2004.

RAVENNA SELVATICI, M. Grupos de reflexión en organizaciones laborales. *Vínculo*, v.5, n.2, p.101-116, 2008.

RUDGE, A.M. *Que atos são esses?: Luto e acting out*. *Psyche*, v.12, n.22, p.67-78, 2008.

RUMIN, C.R. et al. O sofrimento Psíquico no trabalho de vigilância em prisões. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2011, vol.31, n.1, pp. 188-199.

RUMIN, C.R. sofrimento na vigilância prisional: o trabalho e a atenção em saúde mental. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.26, n.4, p.570-581, 2006.

Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (SIFUSPESP). *Nota oficial do SIFUSPESP: Cansamos da despolítica penitenciária do governo Alckmin*. Disponível em: <<http://www.sifuspesp.org.br/index.php/materia-2/2359.html>>. Acessado em: 12 Mar. 2014.

SOUZA, J.C.; RUMIN, C.R. O serviço de atenção à saúde mental aos trabalhadores do sistema prisional. *TransFormações em Psicologia*, v.3, n.1, p.00-00, 2010.

TOREZAN, Z.F.; BRITO, F.A. Sublimação: da construção ao resgate do conceito. *Ágora*, v.15, n.2, p.245-258, 2012.

THOMPSON, A. *A Questão Penitenciária*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

TSCHIEDEL, R.M.; MONTEIRO, J.K. Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. *Estudos de Psicologia*, v.18, n.3, p.527-535, 2013.

TUBINO, C.L.; PEDRUZZI-REIS, M.G.; SILVA, R.N. De outras tecituras possíveis em Psicologia do Trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.29, n.3, p.626-637, 2009.

VARELLA, D. *Carcereiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.